



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura	
Fátima Maria de Lima	
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues	
Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos	
Ana Margarete Gomes da Silva	
Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi	
Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida	
Maikon Geovane Oliveira Vila Nova	
Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	280

ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/SP)

Maryna Vieira Martins Antunes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, bolsista CAPES

Rosangela Ap. de Medeiros Hespagnol

Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP

Ruralidades. Agropecuária.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho discute os resultados da pesquisa concluída em nível de mestrado¹ que teve como objetivo realizar o levantamento, compreensão e reflexão das características econômicas, sociais e culturais engendradas na organização espacial dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo (figura 01), decorrentes de mudanças verificadas no setor agropecuário regional.

RESUMO: O trabalho discute os resultados da pesquisa que versou sobre a organização espacial dos distritos municipais Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo, nos quais, a partir de mudanças no setor agropecuário regional, foram identificadas alterações de suas funções e no cotidiano de suas populações. Metodologicamente, além da revisão bibliográfica e sistematização de dados de fonte secundária, realizou-se uma pesquisa empírica em três etapas que incluíram o mapeamento temático dos distritos; a elaboração e aplicação de questionários socioeconômicos e a realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados permitiram averiguar que as mudanças, sobretudo, no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, revelam que a agropecuária influencia menos na organização espacial dos distritos, que se consolidaram como espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Distritos Municipais.

1 Resultados apresentados na dissertação intitulada “Agricultura e organização espacial dos distritos municipais: estudo de caso em Jamaica e Jaciporã/Dracena (SP)” (2016), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e realizada com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

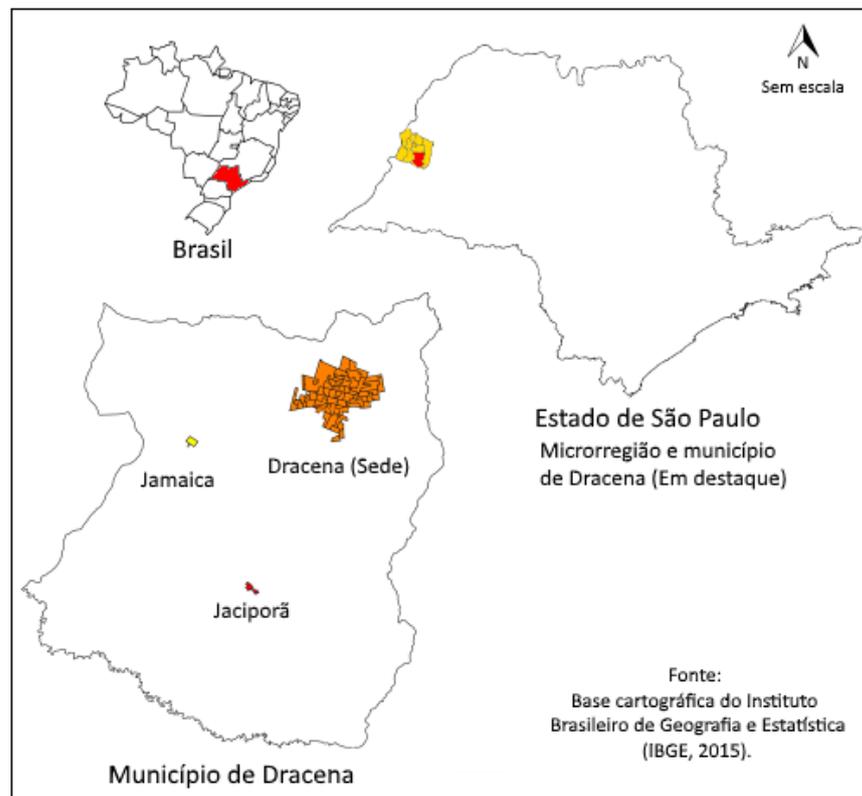


Figura 01: Localização do recorte espacial da pesquisa: Dracena/São Paulo/Brasil.

Fonte: Adaptação e organização própria a partir da Base cartográfica do IBGE (2015).

O propósito de estudar a organização espacial de distritos municipais – localidades rurais do interior paulista – revela dois pontos de preocupação para o presente trabalho: a necessidade de debater os aspectos formais que envolvem tal recorte espacial, ou seja, a delimitação do que é um distrito municipal no contexto brasileiro e o interesse em apreender as mudanças ocorridas na agropecuária ao longo de seu desenvolvimento na região Oeste do Estado de São Paulo. Justo a esta dupla preocupação, está a discussão das ruralidades, no sentido de se apreender os rebatimentos dos novos elementos na escala local e suas especificidades frente às lógicas oriundas da escala regional (assim como, nacional e global), numa relação entre verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2002).

A ideia central é que a partir das mudanças verificadas no setor agropecuário regional – em síntese a substituição da cafeicultura por outros tipos de exploração, principalmente a cana-de-açúcar – decorreram diferentes alterações nas funções exercidas pelos distritos municipais, assim como, no cotidiano de suas populações. Evidencia-se assim, a preocupação em apresentar uma perspectiva espacial que englobe fatores e características econômicas, sociais e culturais. Para isso, lança-se mão ao conceito de organização espacial, compreendida como um conjunto de formas, objetos, interações e ações que envolvem pessoas, instituições, informação, capital, que pode ser expressa na relação entre processo, estrutura, forma e função (SANTOS, 1985; CORRÊA, 2001).

Nesse sentido, o espaço é compreendido, de acordo com Santos (2002), como

“um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (p. 12)” – o que conduz à interpretação do espaço como “[...] a materialidade e a vida que a anima [...]” (p. 38). Os objetos são tudo que se percebe materializado na superfície terrestre (herança da natureza ou criações humanas) e as ações compreendem atos e comportamento orientados, ou a própria humanidade, dado que, sua presença no planeta implica em processos com objetivos e finalidades originárias da necessidade de alterar os objetos, criando-os ou alterando suas funções.

Compreender a organização espacial, que Corrêa (2011, p. 07) define como “[...] o conjunto de formas (campos, fábricas, caminhos, casas, etc.) e interações envolvendo pessoas, mercadorias, informação e capital, dispostos espacialmente”, é desvendar a lógica de como tais elementos (formas-interações) tornam-se funcionais à sociedade. É, portanto, uma maneira de apreender a espacialidade humana, nos termos de Soja (1993, p. 101), o “[...] espaço socialmente produzido [...]”. Além disso, esta perspectiva procura distinguir a análise geográfica dos estudos que contemplam o espaço tal qual um cenário estático, implicando na superação de sua assimilação como uma mera obra das ações da sociedade.

Para examinar essas interconexões delimitou-se a concepção metodológica da pesquisa, compreendendo a metodologia de modo amplo, ao englobar o método de pesquisa e o método de interpretação, indicando a relação entre a bibliografia e os dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa. Foi realizado, dessa maneira, uma pesquisa empírica nos distritos de Jamaica e Jaciporã em três etapas, para além da revisão bibliográfica e sistematização de dados de fonte secundária: levantamentos em campo e mapeamento temático dos distritos; elaboração e aplicação de questionários socioeconômicos e realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores (MORAES; COSTA, 1987; TURRA NETO, 2012; RICHARDSON, 2012; GUNTHER, 2003; MARANGONI, 2005; DUARTE, 2005).

Tal como se apresenta nas seções seguintes, os resultados permitiram averiguar que as mudanças, sobretudo, no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, terminaram por fazer com que a agropecuária influenciasse menos na organização espacial dos distritos, uma vez que a produção do campo está relacionada a escalas mais distantes, ultrapassando os distritos e inclusive a própria cidade de Dracena. Jamaica e Jaciporã se consolidaram como espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços na cidade de Dracena.

2 | DISTRITOS MUNICIPAIS: DEFINIÇÃO A PARTIR DA FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA

Para a análise e delimitação do recorte espacial estudado fez-se necessário compreender o que é um distrito municipal na realidade brasileira – considerando

sua heterogeneidade. Para isso recorreu-se a fontes históricas, uma vez que, a definição oficial adota pelo Estado brasileiro, por sua natureza genérica, necessitava de aprofundamento.

Na estrutura político-administrativa do Brasil, o município – terceiro nível da federação juntamente com a união e os estados – divide-se em distritos, daí a denominação “distritos municipais”. Esta organização varia de município para município e pode se dar em razão do reconhecimento de uma população concentrada, de áreas que necessitam de atenção especial ou por finalidades de planejamento específico. De modo geral, os municípios são constituídos por um distrito-sede, onde está situado o poder municipal, e pode apresentar mais distritos. Encontramos nos documentos oficiais do IBGE – como a sinopse do Censo Demográfico de 2010 – uma definição que vai ao encontro desta explanação, ao demarcar os distritos como “unidades administrativas dos municípios” (IBGE, 2011, p. 24-25).

Esta demarcação atende aos pressupostos do Decreto-Lei 311 de 1938 – já bastante discutido por sua superficialidade e defasagem para regulamentar a divisão territorial brasileira, sobretudo no que diz respeito às definições de rural e urbano. O documento dispõe que para a demarcação de uma vila, ou seja, a sede-distrital – que possui nos termos da lei o caráter urbano – é necessário que esta apresente no mínimo trinta (30) moradias.

É evidente, dessa forma, que a denominação distrito municipal, tomada a partir dos parâmetros legais, revela poucos aspectos a respeito de suas dinâmicas espaciais, sendo necessário utilizar outros instrumentos que não somente a legislação. Sendo assim, como ponto de partida para entender o significado dessa categoria adota-se as próprias especificidades do território brasileiro, ou seja, desvendar dentro da formação espacial do país – conjunto particular de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que o caracterizam – os possíveis significados que os distritos podem apresentar (SANTOS, 2005).

Azevedo (1970), ao estudar a questão urbana no Brasil, afirmou que as cidades e vilas do país, salvo exceções, tinham sua origem relacionada à criação de um povoado. Em cada região e até dentro de um mesmo estado foram observadas diferenças, tanto de denominação, quanto de processos e formas. Entretanto, apresentavam certos traços em comum, tais como: população reduzida, uma única rua principal, um pequeno templo, estabelecimento escolar de nível primário e o predomínio da função comercial.

Estes povoados estão presentes desde o Brasil Colonial, sendo tipos importantes desta época os núcleos de povoamento que surgiram a partir de lugares fortificados e postos militares. Tem esta origem as cidades de Fortaleza, Manaus, Rio de Janeiro, Belém, Natal, Recife, entre outras. Os aldeamentos indígenas são do mesmo período, induzidos pelos colonizadores, sobretudo, pela atuação dos Jesuítas, e promoveram o surgimento de cidades, sendo São Paulo um dos exemplos mais citados (AZEVEDO, 1970).

Outro caso relacionado ao desenvolvimento de uma atividade econômica específica são os povoados que surgiram nas áreas de mineração de ouro e pedras preciosas, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, com forte atuação dos Bandeirantes, que eram denominados “arraiais”. Do mesmo modo, os núcleos que surgiam da mineração de diamante, no século XX, foram chamados de “corruptelas” nas regiões Centro-Oeste e Norte (AZEVEDO, 1970).

No que diz respeito às atividades agropecuárias e sua influência na formação de povoados, tem-se as fazendas de gado como fatores para o surgimento de cidades no Nordeste – como Feira de Santana/BA – e no Sul do país – Vacaria/RS, sendo a pecuária fator primordial para a colonização do interior no Brasil Colonial. Outro tipo de povoado relacionado às atividades agropecuárias e que apresentam desde a gênese a clara intenção em constituir um povoamento de caráter urbano são os loteamentos rurais, que, em síntese, referem-se à prática “[...] do loteamento de uma gleba de terras e da cessão, por venda ou aforamento, dos lotes correspondentes, sistema que tem sido adotado desde os tempos coloniais, embora mais comum viesse a tornar-se a partir do século XIX” (AZEVEDO, 1970, p. 245).

São importantes também os loteamentos realizados por iniciativas particulares, oficiais, individuais ou coletivas. Para Azevedo (1970), as sesmarias no século XVI podem ser consideradas como as primeiras manifestações nesse sentido, outro exemplo são os núcleos coloniais que se tornaram significativos no século XIX com as correntes imigratórias da Ásia e Europa para o Brasil (AZEVEDO, 1970).

Os denominados patrimônios são outra forma de loteamentos rurais e apresentam-se na história brasileira como religiosos ou leigos. Os patrimônios religiosos são formados pela doação de uma área a um “santo de devoção”, o que significa passá-la, via documento público, para uma autoridade eclesiástica, deste modo:

[...] o doador fixa as bases estruturais do futuro aglomerado, procurando atrair moradores para o local; os que se estabelecerem no chão doado ao santo patronímico pagarão seus foros à diocese, e os que se fixarem nas redondezas se tornarão arrendatários ou mesmo proprietários dos lotes ocupados (AZEVEDO, 1970, p. 245).

Já os patrimônios leigos constituem um tipo de loteamento rural característico principalmente do século XX, onde há a atuação de um agente ou sociedade imobiliária que promove o povoamento, construindo os primeiros prédios, geralmente, algumas casas de madeira, que serão destinadas à instalação de pequenos comércios, casas de hospedagem e a administração e disponibilizando lotes previamente demarcados a venda (AZEVEDO, 1970).

Os patrimônios leigos: “Correspondem aos melhores exemplos de nossas cidades pioneiras, surgidas notadamente em terras paulistas e paranaenses” (AZEVEDO, 1970, p. 245). São povoados relacionados tipicamente com as “frentes de expansão”,

que no Estado de São Paulo foram impulsionadas por fatores como a necessidade de expandir a área destinada à produção do café somada à vasta área no Oeste do estado coberta por matas – o que atraía os pioneiros pelo seu solo fértil – e tomada como “disponível”, embora habitada por povos indígenas (PETRONE, 1970).

Mesmo com diferentes características e origens, os povoados, que constituem a história de muitos distritos municipais no país, permitem considerar que, em suas gêneses, explicitamente ou não, se previa o desenvolvimento de uma cidade. Becker (1978), ao estudar os povoados surgidos na rodovia Belém-Brasília na Amazônia, apresenta reflexões que, apesar de circunscritas à realidade em análise, ajudam a compreender facetas do processo de urbanização em outras regiões do país. Para a autora:

Povoados são núcleos populacionais especialmente compactos com nomes reconhecidos localmente, que possuem caráter rural-urbano. São a residência de trabalhadores rurais ou pequenos agricultores e pequenos centros de mercado. Não possuem, assim, a variedade de funções, a complexidade social e o status legal, critérios necessários à sua classificação como centros urbanos segundo a teoria contemporânea. Contudo, de acordo com o conceito adotado, é possível considerar os povoados como uma manifestação do urbanismo, sua forma particular estando vinculada à sua função no padrão global de circulação do produto excedente socialmente designado (BECKER, 1978, p. 111).

Os povoados podem ser considerados “formas incipientes de urbanismo” (BECKER, 1978, p. 111). Ferreira (1991) assinala o mesmo princípio tomando como referência o Norte do Paraná: “[...] no processo de urbanização nas regiões de ocupação, caracterizados de ‘fronteiras’, a criação de pontos de apoio demográfico, denominados de distritos, vinculando-se aos municípios [...]” (FERREIRA, 1991, p. 57).

A mesma autora relaciona o aumento do número de distritos no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, com a expansão das fronteiras e urbanização das regiões de ocupação, que foi muito estimulada pelo Estado neste período: “[...] houve um acréscimo de 401 distritos neste período, pois em 1964 totalizavam 7.762, crescendo para 8.163 distritos em 1979” (FERREIRA, 1991, p. 57).

Nesse sentido, alguns autores, entre os quais Pinto (2003) e Pina *et al* (2008), associam a ideia de povoado a de distritos municipais com a formatação legal atual, uma vez que, uma estratégia para fortalecer os núcleos em formação é requerer seu status de distrito, ao mesmo tempo em que criar um distrito é reconhecer um núcleo de população concentrada. Para melhor compreensão desta ideia, deve-se considerar o contexto de promulgação do Decreto Lei 311 – respaldo legal para a formalização de parte considerável dos distritos municipais atuais. Com o fim da República Velha (1889-1930) e o primeiro governo de Getúlio Vargas, inaugura-se no Brasil o planejamento estatal, entendido como técnica de governo capaz de acelerar o desenvolvimento do país por meio do crescimento econômico e da modernização enquanto proposta

norteadora, que neste caso, era a busca pela modificação da estrutura do país, de agrário-exportadora para urbano-industrial (BACELAR, 2003).

Nesse contexto se promulgou o Decreto-Lei 311 de 1938, ou seja, durante o Estado-Novo (1937-1945), marcado pela centralização e pelo nacional-desenvolvimentismo. No período referido foram criadas muitas das instituições, formulações e instrumentos técnicos que, posteriormente, orientariam as transformações via Estado do espaço brasileiro nas próximas décadas, como o IBGE e o próprio Decreto-Lei 311.

Sendo assim, a delimitação de um distrito, como reconhecimento de um povoado, trazia implícito o ideal de desenvolvimento baseado na urbanização e servia como um estímulo para que tais núcleos progredissem ao nível de se tornarem cidades. Todavia, sabe-se que nem todos esses povoados alcançaram/alcançam tal categoria, ou seja, há diversos casos que um distrito não se torna cidade ou sede municipal. Considera-se, assim, que as desigualdades são geradas nos próprios processos de produção do espaço, portanto, entre os “destinos” que um povoado pode ter, encontram-se a condição de estagnação e permanência ou o desaparecimento, como discutido por Becker (1978):

Parece, assim, que, uma vez exercido o seu papel de concentrar a mão-de-obra para desbravamento da área para os grandes proprietários, o povoado se torna desnecessário, extinguindo-se e reaparecendo em novas áreas que estão sendo abertas (BECKER, 1978, p. 120).

A autora relaciona a estagnação não somente às próprias dinâmicas econômicas, mas também devido as possíveis vantagens/desvantagens locais entre os povoados:

Os povoados são pequenos pontos de concentração e circulação do surplus e, portanto, uma manifestação do fenômeno urbano. Para que se transformem em cidades, contudo, é necessário que essa mobilização se estabeleça em bases permanentes. [...] a maioria deles tende a estagnar e a se extinguir, enquanto alguns favorecidos por vantagens locais, crescem e ampliam sua esfera de influência, sobrepondo-se à pequena esfera de influência local dos menores (BECKER, 1978, p. 122).

Sendo assim, em síntese, um distrito municipal é uma denominação genérica para as divisões dos municípios brasileiros e estão relacionados ao reconhecimento de um povoado, e, por conseguinte, de seu “potencial” em tornar-se uma cidade (de fato ou oficial, ou seja, um município autônomo). É conveniente ressaltar que essas elaborações dizem respeito, principalmente, a povoados, distritos e municípios surgidos no período anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 – que tornou a criação de municípios uma atribuição dos governos estaduais – e da Emenda Constitucional número 15 de 1996 – que estabeleceu, entre outras medidas, a necessidade da realização do Estudo de Viabilidade Municipal para as emancipações de municípios (RIBEIRO, 2010).

Ainda assim, excluindo-se os exemplos em que sua delimitação se dá por critérios de planejamento e gestão do território municipal com a divisão de áreas internas à malha urbana, boa parte dos casos está relacionada aos processos de expansão e/ou interiorização econômica e urbana, que no Brasil, cabe dizer, estão muitas vezes vinculados, direta ou indiretamente, aos empreendimentos agropecuários. Mesmo no contexto recente (pós-1988), percebe-se que a quase totalidade dos novos municípios trata-se da emancipação de distritos e concentra-se “[...] na porção do país onde se nota grande avanço dos empreendimentos econômicos (centro-oeste e norte), destacadamente no setor agroindustrial [...]” (RIBEIRO, 2010, p. 296).

Levando em conta essa reflexão, pontua-se que os distritos que não atingem tal status urbano – ou não apresentam elites locais politicamente organizadas –, a ponto de emancipar-se e não terminam por desaparecer com a perda populacional, mantém intensos laços com o espaço rural, com a agricultura e uma forte dependência da sede municipal. Os distritos municipais analisados em particular – Jamaica e Jaciporã (Dracena/SP) – apresentam essas características. Em suas origens podem ser classificados como patrimônios leigos, implantados no contexto de expansão da cafeicultura para o oeste paulista em meados do século XX. Na atualidade, a partir da decadência do café e inserção de novas dinâmicas econômicas, se configuram como espaços de rarefação populacional, econômicas e de redes técnicas, conforme debate-se na próxima seção.

3 | OS DISTRITOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA-SP) NO CONTEXTO REGIONAL: MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E RURALIDADES

A crise da cafeicultura na Região de Dracena se deu a partir de um arranjo de fatores que criou um contexto altamente desfavorável para a produção de café. De acordo com Hespanhol (2007), as condições determinantes foram as questões climáticas – as geadas que atingiram em 1975 as plantações, não somente da região, mas de áreas produtoras de café nos estados do Paraná e Minas Gerais –; a baixa de preços no mercado internacional; e a desregulamentação do produto com a extinção do Instituto Brasileiro do Café – órgão federal que definia as políticas para a cafeicultura de 1952 a 1889 e o término dos Acordos Internacionais do Café (AICs) – criados na década de 1960 para estabelecer cooperação entre os países produtores e consumidores – em 1990 (HESPANHOL, 2007).

A decadência da cafeicultura inaugurou um período de inércia para a região de Dracena, caracterizado pela “[...] atuação fraca do capital, atuação fraca do Estado e atuação fraca das lideranças políticas locais e regionais, resultando em longos anos de incertezas, quantificados nas altas taxas de evasão populacional e de divisas” (GIL, 2007, p. 143). Entre as consequências, pode-se elencar no universo do trabalho a diminuição drástica do emprego rural, dado que a absorção de trabalhadores

na colheita de café nas pequenas propriedades rurais era muito expressiva, isso conduziu a população não somente ao êxodo rural como ao abandono da própria região (HESPANHOL, 2007).

Em Jaciporã e Jamaica o dinamismo inicial da cafeicultura – quando se estabeleceram os povoados – trazia a esperança de que melhorias viriam para os distritos, o que terminou se enfraquecendo com a crise, como conta um dos entrevistados: “[...] Jamaica ia emendar com Dracena, né, mas aí parou!” (Entrevista com Sr. M.C., 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014). Boa parte das casas de comércio fecharam as portas, em efeito o “*aqui tinha*” entrou para o vocabulário daqueles que permaneceram: “Antigamente, tinha uma farmacinha, tinha um hotel, tinha ai acabou tudo, tinha serraria... ai acabou tudo...” (Entrevista com o Sr. M.C. 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Um cenário análogo foi percebido na maioria dos outros núcleos da região, inclusive nos que se tornaram sedes de município, tendo em vista que não recebiam mais os investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos e apresentavam poucas possibilidades de emprego, reafirmando assim a migração regional e não somente do campo para a cidade, principalmente de jovens (HESPANHOL, 2007).

No entorno das sedes distritais, a área de pastagens aumentou e nas pequenas propriedades rurais, em combinação com a policultura – em destaque o algodão e o amendoim –, desenvolveu-se a pecuária bovina mista visando à produção de leite e carne. Já nas fazendas, principalmente, ao longo dos anos 1990 e 1980, se consolidou a pecuária bovina de corte (HESPANHOL, 2007; GIL, 2007).

A crise da principal atividade econômica e, por consequência, a estagnação e o isolamento que se instaurou, terminaram por esgotar em Jamaica e Jaciporã as funções relativas às atividades econômicas predominantes desenvolvidas no espaço agropecuário de seus entornos. Tornaram-se assim local de moradia para uma população cada vez mais reduzida.

Os dados populacionais no nível distrital (Censos Demográficos e Contagem da População), no caso do município de Dracena estão disponíveis apenas a partir do ano de 1991, ainda assim, eles auxiliam na compreensão das modificações do perfil populacional. Na tabela 1 constam as informações sobre a população total, urbana e rural nos distritos entre os anos de 1991 e 2010:

1991		1996		2000		2010			
Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)		
Dracena (sede)	Total	37.739	100	38.265	100	38.869	100	40.941	100
	Urbana	33.979	90	35.041	92	35.964	92,52	39.046	95
	Rural	3.760	10	3.224	8	2.905	7,47	1.895	5
Jamaica	Total	829	100	707	100	683	100	1.646	100
	Urbana	355	43	374	53	677	99	405	25
	Rural	474	57	333	47	6	1	1.241	75
Jaciporã	Total	1.125	100	1.071	100	948	100	671	100
	Urbana	529	47	567	53	512	54	495	74
	Rural	596	53	504	47	436	46	176	26
Município de Dracena	Total	39.693	100	40.043	100	40.500	100	43.258	100
	Urbana	34.863	88	35.982	90	37.153	92	39.946	92
	Rural	4.830	12	4.061	10	3.347	8	3.312	8

Tabela 1: População total, urbana e rural dos distritos do Município de Dracena (1991-2010).

Fonte: Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010); Contagem da População (1996) – IBGE.

Para analisar os dados expressos na tabela 2, deve-se retomar os critérios utilizados pelo IBGE e sua aplicação no município: a população urbana é contabilizada nas áreas internas aos perímetros urbanos (zonas urbanas) e a rural em suas áreas externas (zona rural), cada qual dividida em setores censitários entre os distritos. Nesse caso, é evidente que o município tem um crescimento urbano constante, concentrado na sede, enquanto que o entorno mantém a maior parte da população rural. Nas cercanias de Jamaica e Jaciporã a população diminui e nas sedes, embora reduzida, se estabiliza se comparada ao decréscimo de suas zonas rurais. Houve ainda pequenos aumentos em Jaciporã (de 529 habitantes em 1991 para 567 em 1996) e em Jamaica foi um pouco mais expressivo (em 1996 a população era de 374 e em 2000, de 677), nos dois casos seguidos de redução, que podem ser explicados pela mobilidade da população da zona rural para os distritos. No quadro 1, que apresenta a origem dos moradores que residem há menos de 25 anos, pode-se ver esse movimento:

LOCAL DE ORIGEM	JAMAICA	JACIPORÃ
Distritos	-	2
Zona rural dos Distritos/Município de Dracena	21	15
Microrregião de Dracena	6	2
Ribeirão dos Índios	-	7
Presidente Venceslau	-	2
Outros locais do Est. de São Paulo	6	8
Grande São Paulo	6	7
Outros estados	2	5
Total	41	48

Quadro 1: Origem dos moradores que residem há menos de 25 anos nos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã (%).

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Nota-se que os valores mais significativos se referem aos moradores provenientes das zonas rurais (21% em Jamaica e 15% em Jaciporã), que, por sua vez, continuamente perderam população: de cerca de 10 mil habitantes em 1970 para 3.312 em 2010 no município. Nesse contexto, a diminuição da população das adjacências dos distritos contribuiu para a estagnação destes espaços, pois os moradores das fazendas e sítios constituíam parte da população atendida pelos serviços existentes, reforçando o esgotamento da função de organizar o espaço agrícola.

Em efeito, é possível pensar que Jamaica e Jaciporã se estabilizam como zonas de rarefação: técnica, informacional, normativa, comunicacional etc. A crise da cafeicultura motivou consideráveis modificações no setor produtivo de toda a Região de Dracena, nas pequenas propriedades rurais ocorreu o desenvolvimento de estratégias de reprodução social – como a implantação da fruticultura e a participação em políticas públicas, já nas propriedades de grande porte notou-se a expansão da cana-de-açúcar substituindo a pecuária realizada de forma extensiva (HESPANHOL, 2007).

Foi a partir das decorrências da crise e decadência da cafeicultura que se estabeleceram as preocupações que envolvem os objetivos do presente trabalho, ou seja, o intento de analisar de quais maneiras a substituição do café – central no processo de ocupação e formação dos núcleos estudados – por outros tipos de exploração agropecuária – sobretudo a cana-de-açúcar – pôde ter implicado em alterações nas funções exercidas e no cotidiano dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã.

Sendo assim, com base nos resultados alcançados foi possível constatar que as mudanças, sobretudo no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, terminaram por fazer com que a agropecuária influenciasse menos na organização espacial dos distritos, uma vez que a produção do campo está relacionada a escalas mais distantes, ultrapassando os distritos e inclusive a própria cidade de Dracena. Jamaica e Jaciporã se consolidaram como espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços na cidade de Dracena.

Contribui para isso as mudanças promovidas em escala nacional a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, sobretudo no que diz respeito às novas atribuições dos municípios que trouxeram novas funções também para os distritos, uma vez que, ao longo dos anos 1990, houve a instalação de unidades de prestação de serviços públicos, entre as quais se destacam os postos de saúde, que contribui em Jamaica e Jaciporã para o deslocamento da população rural dispersa para as sedes distritais, decorrendo muitas vezes em sua fixação.

Aos postos de saúde somam-se as subprefeituras, os correios e as instituições de Ensino Básico (Infantil – Fundamental) e os equipamentos públicos de lazer: campos de futebol, bocha e os “parquinhos” infantis. Nos distritos há também a possibilidade de frequentar as instituições religiosas, as pequenas lanchonetes, o salão de cabelereiro (no caso de Jaciporã) e acessar os serviços prestados informalmente pelos moradores, como a venda de cosméticos, produtos artesanais, do mesmo modo, que há as cabelereiras e manicures que atendem em suas próprias residências, por exemplo.

O funcionamento dos serviços públicos revela que no período pós-1988, a escala distrital pôde, neste caso, ser reconhecida como uma possibilidade para atuação do poder público, ainda que de maneira menos significativa se comparada à municipal. Além disso, é possível que se tenha fortalecido as iniciativas coletivas (como a Associação J.Marques de Jaciporã, uma associação de moradores e agricultores do distrito, e os mutirões promovidos nas comunidades católicas) e privadas (por meio da iniciativa de prestar serviços informais) voltadas aos distritos, pois colaborou para atrair a população das demais áreas rurais circundantes.

Com a estagnação da economia, o êxodo rural, o envelhecimento e o empobrecimento da população, os distritos municipais tornaram-se importantes para os moradores do entorno a partir da possibilidade de enfrentar as precariedades e o isolamento nas demais áreas rurais (não concentradas). A experiência de residir no distrito pode oferecer algumas vantagens: ter vizinhos mais próximos, preços mais acessíveis de terrenos e casas em comparação à Dracena e a facilidade de continuar a desenvolver a agropecuária, no caso dos que ainda possuem sítio ou chácara nas proximidades.

Constou-se que a vida nos distritos municipais estudados é marcada pelo “acontecer solidário”, não em um sentido emocional, mas, como Santos (2005) explica, pela “[...] realização compulsória de tarefas comuns, ainda que o projeto não seja comum [...]” (p. 158). No caso em questão, há uma convergência de atos em torno da busca por uma experiência menos precária de vida. As lógicas da agropecuária, relacionadas a escalas distantes, não estão mais no centro da organização espacial dos distritos. As práticas espaciais são motivadas, por sua vez, pelas ausências: a necessidade de meios básicos de qualidade de vida, o desemprego e o subemprego, o empobrecimento e a dependência da pequena cidade de Dracena, conformada agora como a principal de uma rede urbana formada por núcleos de pequeno porte (LEÃO, 2011).

A ocupação dos moradores corrobora o argumento apresentado acima. Dos que estão em idade economicamente ativa – entre 18 e 64 anos – 7% em Jamaica e 5% em Jaciporã estavam desempregados, 11% e 9%, respectivamente, recebiam benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão ou auxílio-doença) e as “donas de casa”, ou seja, a população feminina que se ocupa do trabalho doméstico não remunerado, eram cerca de 8% em cada um dos distritos. Dos que estavam empregados (formal ou informalmente), 30% em Jamaica e 15% em Jaciporã trabalhavam em Dracena, deslocando-se diariamente.

Em Jaciporã 10% trabalhavam como trabalhadores rurais ou eram sítiantes na área rural circundante. O emprego no setor industrial, com exceção às Usinas de cana-de-açúcar, foi mais expressivo em Jamaica (6%), entretanto, em cargos/funções que não exigem alta qualificação (como auxiliares de produção e costureiras, por exemplo). Quanto às Usinas de Açúcar e Álcool, encontram-se, nos dois distritos, 14 pessoas empregadas em algum cargo/ocupação dentro dessas empresas, dos quais apenas uma residia em Jamaica. As Usinas citadas foram: Usina Dracena e as Usinas Rio Vermelho e Alta Paulista (USALPA) localizadas em Junqueirópolis.

A mecanização da lavoura e a terceirização de diversos serviços fez com que o número de moradores empregados diminuísse consideravelmente desde a implantação da Usina Dracena, mesmo com um tempo relativamente curto de operação (aproximadamente nove anos) no município. Assim, a busca de empregos na sede em Dracena permanece como uma das únicas opções para a população, sendo o setor de serviços o que mais absorve tal mão-de-obra, principalmente, o funcionalismo público, comércio, prestação de serviços. Estes trabalhos são, em boa parte, de baixa remuneração e muitos informais, como no caso das domésticas e dos trabalhadores da construção civil. As pessoas que estão empregadas nos distritos são, em sua maioria, funcionários das subprefeituras.

Isso reforça a noção de que a função primordial dos distritos é a residencial. Esta afirmação dá pistas também de que, para definir a ruralidade nestes espaços, deve-se extrapolar as atividades econômicas desenvolvidas nos distritos. Wanderley (2009) expõe que o rural pode ser definido “[...] pela predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade” (p. 72). Podem exercer, deste modo, funções produtivas, residencial e patrimonial. As situações analisadas remetem ao uso residencial para uma população que majoritariamente tem origem rural e empregos urbanos. Sendo assim, a organização espacial volta-se para a *valorização* dessa função.

Isso significa dizer que a população rural “[...] constrói uma área de circulação – seu espaço de vida – centrada em seu local de moradia, a partir do qual se mobiliza para ter acesso aos bens e serviços necessários” (WANDERLEY, 2009, p. 75). Considerando a realidade de muitas sedes distritais e de municípios de pequeno porte populacional, mesmo com os avanços percebidos em termos de infraestruturas (eletrificação rural,

transporte intra municipal) e serviços (saúde e educação), sua cobertura e qualidade são avaliadas como insuficientes e insatisfatórias (WANDERLEY, 2009).

Não obstante, tais melhorias em bens e infraestruturas, embora limitados, foram capazes de aprofundar os contatos entre as áreas rurais e as sedes municipais. E, no caso dos distritos estudados, também entre as áreas rurais dispersas e os distritos e a cidade de Dracena. E diante da diminuição da população, a centralização na sede do município vai se tornando cada vez mais necessária do ponto de vista do planejamento municipal.

Sendo assim, Jamaica e Jaciporã se caracterizaram atualmente pela baixa densidade populacional; econômica; e de redes técnicas, pois perdem as funções relacionadas à organização do espaço agrícola do complexo cafeeiro. Ocorre um processo de “envelhecimento das formas” associadas ao café, porém, alguns processos de refuncionalização podem ser notados. Há processos de reestruturação que vão desde a economia à vida cotidiana da população – o que inclui, por exemplo, hábitos de consumo. A expansão da cana-de-açúcar é proeminente no município, entretanto as características atuais desse tipo de produção: arrendamento de terras de pequenas propriedades rurais, mecanização da lavoura e crescente qualificação exigida aos funcionários, não gerou novos empregos nos distritos.

Nesse sentido, o setor privado atua seletivamente nos distritos no que diz respeito ao uso dos espaços ao longo do tempo, tendo as sedes se desvalorizado, enquanto o espaço agrícola circundante é disputado e inserido em dinâmicas relacionadas à outras escalas. Tal seletividade é notável também em relação à inclusão dos moradores como consumidores, haja vista, a instalação e funcionamento de serviços de comunicação por grandes empresas, por exemplo, ao passo que estão em condições inferiores no mercado de trabalho e com pouco poder de negociação com os empregadores.

Nos distritos de Jamaica e Jaciporã, os processos de refuncionalização e as estratégias “solidárias” da população constroem um sentido de ruralidade que ultrapassa o agrícola, levando a se configurarem como destinados ao uso residencial e de prestação de serviços públicos. Diante disso, as principais ações que qualificam a função de moradia dos distritos advêm do setor público, também em resposta às demandas dos moradores que procuram se articular para reivindicar melhorias.

Muitos dos habitantes permanecem residindo nos distritos por motivos familiares, laços de vizinhança e devido às limitações de idade, escolarização, gênero e pelo empobrecimento, fatores que agravam às desigualdades na mobilidade espacial produzidas com a decadência econômica. Há uma relação entre as verticalidades – processos que geram as modificações na organização espacial precedente e, por serem seletivos, implicam na perda de seu dinamismo – e horizontalidades – ações localmente construídas que buscam o fortalecimento do lugar, pela coesão da sociedade civil a favor de interesses comuns (SANTOS, 2002).

Nessa conjuntura, os diversos tipos de segregação e as vulnerabilidades sociais que acometem a população rural de maneira geral, são agravados pela fraca

relação com o poder municipal, uma vez que, o (relativo) distanciamento espacial e o político dificultam as articulações e impedem que os sujeitos sociais alcancem grande representatividade junto ao poder público. Considerando a produção e reprodução de desigualdades inerentes às lógicas de expansão do meio técnico-científico-informacional, conclui-se que espaços como Jamaica e Jaciporã podem ser considerados como “não-selecionados”, dado a alta seletividade desse processo e uma vez que não possuem as “próteses”, ou seja, os objetos necessários para sua inserção nas novas dinâmicas, apresentam, em comparação com outros lugares, pouca atratividade para a racionalidade dominante, o que vem a reforçar uma condição periférica (SANTOS, 2002). De modo que, ainda que se insiram em determinados pontos (como as tecnologias de comunicação), possuem poucos papéis de comando relacionados à essas dinâmicas, o que termina por caracterizá-los pela baixa densidade, em diferentes aspectos que vão de objetos à interações com outros espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se assim, retomando o objetivo posto a este trabalho, que as mudanças verificadas no setor agropecuário regional influem diretamente na organização espacial dos distritos municipais, de modo que estes não são espaços selecionados para o desenvolvimento de funções relacionadas às novas atividades, tanto pelas características inerentes à produção de cana-de-açúcar no período atual, quanto em razão da rigidez de seus objetos e por características de sua população – reduzida e envelhecida. Nesse sentido os moradores, que têm uma escala limitada de ação, buscam estratégias para tornar a vida nos distritos mais amena diante dos problemas advindos da estagnação populacional e econômica, bem como, do distanciamento político. Por conseguinte, constroem uma ruralidade que ultrapassa o setor agropecuário e é marcada pela convivência, proximidade e laços de parentesco entre os moradores e pelas estratégias “solidárias” desenvolvidas pela população a fim de alcançar amenidades no cotidiano, solução de conflitos e melhorias nos distritos, por meio das articulações e reivindicações políticas perante a administração municipal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 211- 282.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In.: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves *et al.* (Orgs). **Políticas públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BECKER, Bertha. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 40 n.1, jan-mar 1978. p. 111-122.

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 02 de Março de 1938.

- CORRÊA, Roberto Lobato. Organização do Espaço: dimensões, processo, forma e significados. **Geografia**, Rio Claro, v. 36, número especial, p. 7-16, jan., 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial –uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p-121-129, jan./jun., 2000.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In. DUARTE, Jorge; DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. O papel dos distritos na estruturação da fronteira e o seu significado urbano. **Geografia** (Londrina), Londrina, v. 6, p. 55-55, 1991.
- GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: Entre memórias e sonhos**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007 (Tese de Doutorado em Geografia).
- GÜNTHER, Hartmut. Como elaborar um questionário. **Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais**. n. 1. Brasília: UnB, p. 1-15, 2003.
- HESPANHOL, Rosângela. Ap. de Medeiros. Decadência da cafeicultura e pequenas propriedades rurais: alternativas econômicas na Microrregião Geográfica de Dracena –SP. XLV CONGRESSO DA SOBER: Conhecimentos para Agricultura do Futuro, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 Mar. 2015
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 Out. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 (série histórica)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 Set. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Contagem da População, 1996**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 Set. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- LEÃO, Carla de Souza. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da Região de Governo de Dracena-SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
- MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo. Questionários e entrevistas: algumas considerações. In: VENTURI, Luis Antônio Bittar (org.). **Praticando a Geografia: Técnicas de campo e de laboratório**. São Paulo: Oficina de textos, 2005, p.167-174.
- MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 127-158.
- PINA, José Hermano Almeida; LIMA, Oscar Almeida de; SILVA, Vicente de Paulo da. Município e distrito: um estudo teórico. **Campo-território**. v. 3, v. 6, p. 125-142, ago. 2008.
- PINTO, George José. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo-MG –Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Instituto de

Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para a construção de um debate sobre a criação de municípios. **Cidades**, v. 7, n. 12, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS -XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. **Anais...**, 2012.

WANDERLEY, Maria Nazareth. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: 60-85.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

